

# INCERTEZA E INSTITUIÇÕES: A CONCILIAÇÃO ENTRE (PÓS) KEYNESIANOS E INSTITUCIONALISTAS

Fernando Ferrari Filho\*

Octavio Augusto Camargo Conceição\*\*

*There seems to me to be no other economist with  
whose general way of thinking I feel myself in such  
genuine accord*

*Keynes to Commons (1927)*

## INTRODUÇÃO

Keynes e os pós-keynesianos mostram que, em um mundo incerto e desconhecido, os agentes preferem reter moeda ao invés de tomar decisões de gastos. O resultado dessa racionalidade é a insuficiência de demanda efetiva. Os institucionalistas, por sua vez, entendem que o “ambiente econômico” não tem nenhuma referência com a noção de equilíbrio.

Em ambas as correntes, podemos observar uma questão fundamental no que diz respeito à lógica dinâmica das economias contemporâneas: como ocorre o processo de decisão racional dos agentes? Mais especificamente, como os agentes formam suas expectativas para poupar ou investir? Por que eles retêm (ou não) moeda? As respostas passam, necessariamente, pelo conceito de incerteza.

Incerteza é o elemento fundamental da teoria de Keynes. Conforme Minsky, para entender Keynes “*it is necessary to understand his sophisticated view about uncertainty, and the importance of uncertainty in his vision of the economic process. Keynes without uncertainty is something like Hamlet without the Prince*” (Minsky, 1975, p.57). Já para os institucionalistas o conceito de incerteza perpassa, entre outros aspectos, a idéia de racionalidade limitada elaborada por Simon (1983), através da qual, diante de informações incompletas, as estratégias são caracterizadas por convenções.

Pois bem, o objetivo do artigo é mostrar que as teorias (pós)keynesiana e institucionalista têm pontos de confluência que nos levam, não somente a entender as

instabilidades das economias contemporâneas, mas, principalmente, compreender a relevância do papel das instituições no processo de coordenação das mesmas.

O artigo está dividido em três seções. Inicialmente, explora-se o conceito de economia monetária desenvolvido por Keynes e pelos pós-keynesianos. A idéia é mostrar que as expectativas dos indivíduos, imprescindíveis para as tomadas de decisões dos mesmos, estão diretamente relacionadas a um cenário de ambiente institucional favorável. A seção seguinte, trabalha a idéia de incerteza na teoria institucionalista. Por fim, a última seção apresenta breves considerações, aproximando as duas correntes teóricas.

## **1. INCERTEZA E MOEDA: A ESSÊNCIA DA ECONOMIA MONETÁRIA DE KEYNES**

O principal legado de Keynes consiste em mostrar a lógica de funcionamento de uma economia monetária. Nessa, flutuações de demanda efetiva e no nível de emprego ocorrem, porque, em um mundo no qual o futuro é incerto e desconhecido, os indivíduos preferem reter moeda e, por conseguinte, suas decisões de gastos, sejam de consumo, sejam de investimento, são postergadas. Nas palavras de Keynes (1973b, p.411, negritos adicionados), “*booms and depressions are phenomena peculiar to an economy in which ... **money is not neutral***”.

Por que, na Economia de Keynes, moeda deixa de ser neutra? Em outras palavras, por que a retenção de moeda, por parte dos indivíduos, se constitui em uma forma de segurança contra a incerteza em relação aos seus planos de transações e produção, condicionando, assim, a dinâmica do processo produtivo? A explicação encontra-se no capítulo 17 do livro de Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de agora em diante denominado *GT*.

No referido capítulo, Keynes mostra que a moeda é um ativo que se diferencia dos demais devido às suas propriedades essenciais, quais sejam: por um lado, sua elasticidade de produção é zero – isto é, moeda não é produzida pela quantidade de trabalho que o setor privado incorpora no processo produtivo; por outro, a elasticidade-substituição da moeda é nula, o que quer dizer que nenhum outro ativo, não-líquido, exerce as funções de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor desempenhadas pela moeda.

As referidas propriedades da moeda são fundamentais para caracterizar a importância que a moeda exerce em uma economia monetária: ao ser a segurança contra a incerteza, ela aproxima, através de contratos monetários, passado, presente e futuro, coordenando, assim, a atividade econômica.

O princípio da demanda efetiva, essência da revolução keynesiana, é desenvolvido a partir da idéia de não-neutralidade monetária: existe possibilidade de insuficiência de demanda devido ao fato de que os indivíduos utilizam renda na forma de riqueza não-reprodutível, ao invés de utilizá-la para a aquisição de bens produzidos por trabalho. Em outras palavras, a preferência pela liquidez inibe as decisões de gastos dos indivíduos, afetando, assim, a atividade econômica. Em síntese, pelo princípio da demanda efetiva, as crises econômicas manifestam-se, porque moeda é uma forma alternativa de riqueza.

A questão central da teoria keynesiana, portanto, diz respeito à relação entre incerteza e moeda. A teoria pós-keynesiana resgata este *insight* de Keynes: flutuações de demanda efetiva estão relacionadas à preferência pela liquidez dos indivíduos como forma de segurança contra a incerteza. Nesse sentido, os pós-keynesianos, ao investigarem os principais trabalhos de Keynes reunidos nos *Collected Writings*, desenvolvem uma estrutura teórico-analítica na qual a revolução keynesiana é analisada em um contexto de teoria monetária da produção. Nas palavras de Keynes, em uma economia monetária da produção

*“money plays a part of its own and affects motives and decisions and is, in short, one of the operative factors in the situation, so that the course of events **cannot** be predicted, either in the long period or in the short, without a knowledge of money between the first state and the last”*. (Ibid., pp.408-409, negrito adicionado).

Pela citação acima, percebe-se, não somente a importância que a moeda desempenha em economias monetárias, mas, também, a relação entre moeda e incerteza. Assim sendo, em uma economia monetária da produção, a não-neutralidade da moeda diz respeito à compreensão do processo de decisão dos indivíduos em um contexto de incerteza.

Mas o que é incerteza? Em artigo de 1937, intitulado *The General Theory of Employment*, cujo objetivo era responder aos críticos da *GT*, Keynes apresenta o conceito de incerteza, qual seja:

*“By ‘uncertain’ knowledge, let me explain, I do not mean merely to distinguish*

*what is known for certain from what is only probable. The game of roulette is not subject, in this sense, to uncertainty ... Or ... the expectation of life is only slightly uncertain. Even the weather is only moderately uncertain. The sense in which I am using the term is that in which the prospect of a European war is uncertain, or the price of copper and the rate of interest twenty years hence ... About these matters there is no scientific basis on which to form any calculable probability whatever. We simply **do not know**".* (Keynes, 1973c, pp.113-114, negritos adicionados).

Pela referida passagem, quando Keynes diz que a roleta não é incerta, o que quer dizer é que incerteza não está relacionada às probabilidades obtidas com frequências relativas. Por sua vez, como exemplo de incerteza, Keynes argumenta que o preço do cobre nos próximos vinte anos é “simplesmente algo que desconhecemos”. Em nosso ponto de vista, Keynes pode estar querendo dizer que vinte anos são um período tão longo que condições sociais, econômicas e políticas, vigentes no passado, já não existam e, portanto, as formas de extrapolação dos eventos se modificaram. Nesse sentido, a noção de incerteza em Keynes é que pessoas são ignorantes quanto ao futuro. Em outras palavras, Keynes define como incerto os fenômenos para os quais não temos base científica para atribuir probabilidades.

A passagem acima nos remete à distinção entre risco e incerteza, sugerida tanto por Keynes, em seu *A Treatise on Probability*, a partir de agora *TP*, quanto por Knight, em *Risk, Uncertain and Profit*. Risco é a situação na qual a tomada de decisão acerca de um determinado evento é realizada em um contexto no qual a distribuição de probabilidade desse é conhecida, ao passo que incerteza caracteriza a situação na qual a tomada de decisão sobre um evento específico é realizada em um contexto em que inexistente uma distribuição de probabilidade para o mesmo.

Ainda no artigo de 1937, percebe-se a relação entre incerteza e moeda: incerteza é a razão principal para a ocorrência de flutuações de investimento e preferência pela liquidez. Nas palavras de Keynes (Ibid., p.116, negritos adicionados),

*“our desire to hold money as a store of wealth is a barometer of the degree of our distrust of our **calculations** and **conventions** concerning the future ... The possession of actual money lulls our disquietude; and the premium which we require to make us part with money is the measure of the degree of our disquietude”.*

Se em uma economia monetária a incerteza não pode ser modelada de forma determinística, então, as tomadas de decisão dos agentes passam a ser realizadas a partir de convenções. Conforme Keynes (1964, p.148),

*“it would be foolish, in forming our expectations, to attach great weight to*

*matters which are very uncertain ... The state of long-term expectation, upon which our decisions are based, does not solely depend, therefore, on the most probable forecast we can make. It also depends on the **confidence** in which we make this forecast”.*

Nesse sentido, porque o futuro é incerto, os indivíduos, mais especificamente os investidores, seguem seus instintos, caracterizados pelo que Keynes chamou de *animal spirits*. Em outras palavras, o estado de confiança dos indivíduos é construído a partir de convenções. Portanto, a adoção de convenções por parte dos agentes é a solução parcial dos problemas de incerteza.

Essa idéia, de certa maneira, está relacionada ao conceito de probabilidade que Keynes desenvolve no *TP*. Na referida obra, Keynes mostra que o conhecimento intuitivo é de suma importância para a formação de uma crença racional. Assim sendo, probabilidade é definida como uma relação lógica na qual

*“we are claiming, in fact, to recognize correctly a logical connection between one set of propositions which we call our evidence and which we suppose ourselves to know, and another set which we call our conclusions, and to which we attach more or less **weight** according to the grounds supplied by the first”* (Keynes, 1973a, p.6, negrito adicionado).

Tendo como referência a passagem acima, percebe-se que Keynes discute probabilidade como um conhecimento que é obtido por argumentos em que os termos *certo* e *provável* descrevem os graus de crença racional. Em outras palavras, a teoria da probabilidade de Keynes consiste de uma lógica na qual o grau de crença racional é sustentado em determinadas circunstâncias. Probabilidade é parte de um processo de aprendizado.

Nesse particular, Dequech (1998) argumenta que há um paralelo entre o *TP* e a *GT*: no primeiro, tem-se o binômio probabilidade-*weight*, ao passo que na *GT* é acentuado o binômio expectativas-estado de confiança. Nesse sentido, incerteza e processo de decisão sob condições de incerteza, que são fundamentais na teoria de Keynes, estão tanto no *TP* quanto na *GT*.

Como os agentes formam suas expectativas no *real world*? Para os pós-keynesianos, não são as análises de séries estatísticas ou de crenças justificadas no passado que fazem com que os agentes decidam suas ações futuras; muito pelo contrário, as tomadas de decisão são classificadas como ambientes de verdadeira incerteza. Davidson (1994), por exemplo, ao classificar as expectativas como sendo geradas por processos ergódico e não-ergódico, enfatiza a natureza da incerteza não-

mensurável. Por um lado, processo ergódico é o processo de risco movendo-se ao longo do tempo no qual a incerteza é mensurável pelas leis da probabilidade. Nas palavras de Davidson (Ibid., p.90), “*the future is merely the statistical reflection of the past*”. Por outro, processo não-ergódico é o processo movendo-se ao longo do tempo no qual a incerteza é não-mensurável e, portanto, as leis da probabilidade não se aplicam. Risco, por supostos probabilísticos, pode ser reduzido a certeza, enquanto incerteza não.

Indo ao encontro da taxinomia de Davidson, em um mundo não-ergódico, em que há incerteza, os contratos monetários e a demanda por liquidez são fundamentais para as tomadas de decisão na presença de incerteza. Nesse sentido, as decisões dos agentes, sob incerteza em um mundo real não-ergódico, rejeitam qualquer decisão probabilística.

Assim sendo, é a existência de incerteza que explica a volatilidade do investimento e, por conseguinte, a racionalidade por preferência pela liquidez, ocasionando, assim, flutuações de demanda efetiva e desemprego. A decisão de investir tem como base a ótica da intuição: o *animal spirits* de Keynes. Por sua vez, a decisão de entesourar moeda, também uma convenção, permite manter liquidez e postergar as irreversíveis tomadas de decisão. Incerteza, portanto, é a razão para as pessoas reterem moeda. Quanto maior a incerteza em relação às expectativas dos agentes econômicos, mais esses estarão inclinados a postergar decisões de gasto e a preferência pela liquidez crescerá. Desse modo, *animal spirits* e preferência pela liquidez estão intimamente relacionados e têm uma relação inversa.

Keynes, no capítulo 12 de sua *GT*, mostra que as expectativas dos indivíduos não são determinadas pelos fundamentos de longo prazo que estão relacionados ao rendimento esperado de um ativo, uma vez que as informações necessárias à formação dessas podem não existir. Para Keynes, a atividade econômica é operacionalizada conforme o calendário de um tempo histórico: as decisões dos agentes são realizadas tendo como referência a irreversibilidade do passado e a imprevisibilidade e o desconhecimento do futuro. Nas palavras de Keynes (1964, p.152), “*philosophically speaking, it cannot be uniquely correct, since our existing knowledge does not provide a sufficient basis for a calculated mathematical expectation. In point of fact, all sorts of considerations enter into the market valuation which are in no way relevant to the prospective yield*”.

Logo, o cenário futuro, sob o qual se tem que tomar decisões, é inferido a partir de um estado de confiança. Conforme Keynes (Ibid., p.148), a expectativa de longo prazo “*upon which our decisions are based, does not solely depend, therefore, on the most probable forecast we can make. It also depends on the **confidence** with which we make this forecast*”. Esse estado, por sua vez, constitui-se em uma convenção cuja “*essence ... lies in assuming that the existing state of affairs will continue indefinitely, except in so far as we have specific reasons to expect a change. This does not mean that we really believe that the existing state of affairs will continue indefinitely*” (Ibid., p.152).

As passagens acima nos remetem à diferença entre decisões *ex ante* e resultados *ex post*, que, em última instância, mostra que, em uma economia monetária, as expectativas são desapontadas. Conforme Keynes, em um mundo no qual os indivíduos não conseguem prever o futuro,

“*previous expectations are liable to disappointment and expectations concerning the future affect what we do to-day. It is when we have made this transition that the peculiar properties of money as a link between the present and the future must enter into our calculations ... Money ... is, above all, a subtle device for linking the present to the future; and we cannot even begin to discuss the effect of changing expectations on current activities except in monetary terms ... So long as there existis any durable asset, it is capable of possessing monetary attributes and, therefore, of giving rise to the characteristic problems of a monetary economy*” (Ibid., pp.293-294).

A citação acima, nos leva, mais uma vez, ao ponto central da teoria keynesiana: economias monetárias são inerentemente instáveis devido ao fato de que as tomadas de decisão dos agentes econômicos têm como base um ambiente de incerteza. Nesse contexto, as expectativas dos agentes econômicos são modificadas constantemente ao longo do tempo.

Mas como as expectativas devem ser sinalizadas em um contexto no qual a incerteza não pode ser eliminada? Para que as expectativas, apoiadas tanto no comportamento convencional quanto no *animal spirits*, sejam menos instáveis, Keynes argumenta que o “*State will have to exercise a guiding influennce on the propensity to consume ... [on the] optimum rate of investment ... [Moreover] a somewhat comprehensive socilisation of investment will prove the only means of securing an approximation to full employment*”. (Ibid., p.378).

Pela referida passagem, a nosso juízo, pode ser interpretada de duas maneiras: por um lado, há aqueles que, tanto favoráveis quantos críticos à sistemática de uma

economia regulada e administrada pelo Estado, entendem que a solução de Keynes para dinamizar a demanda efetiva é **tão-somente** a intervenção estatal; por outro, a idéia de “socialização do investimento” pode estar relacionada aos mecanismos institucionais endógenos criados pela sociedade para que as tomadas de decisões dos indivíduos sejam realizadas de maneira menos adversa possível. Entendendo que a segunda interpretação parece ser sensata no sentido de Keynes, os pós-keynesianos consideram que as instituições são importantes para determinar eventos e resultados econômicos. Assim sendo, *institutions matter*.

## 2. INSTITUIÇÕES, INCERTEZA E OS INSTITUCIONALISTAS

Se as instituições importam, como os institucionalistas se inserem nessa discussão? Há afinidade entre o campo de pesquisa institucionalista e a abordagem keynesiana? O que se procurará discutir nesta seção é que há afinidade entre ambos, embora o primeiro não disponha propriamente de uma teoria econômica estabelecida, como foi logrado na original contribuição de Keynes, representada pela *GT*.

Sem desprezar os demais autores pós-keynesianos, tem-se em Minsky uma das mais expressivas contribuições no sentido de vincular a importância das instituições e do “ambiente institucional” aos princípios teóricos da *GT*. Sua ênfase, entretanto, recai sobre o caráter financeiro do capitalismo contemporâneo, cujas instituições se constituem na principal forma de se assegurar sustentação, credibilidade e, não raras vezes, certa subordinação a padrões estabelecidos já superados, que acabam atuando como fonte de instabilidade e, portanto, aumentando o grau de incerteza no sistema. Assim, as instituições são protagonistas centrais ao funcionamento “regular” do sistema, o que não impede a ocorrência de crises periódicas e sistemáticas, já que ele é inerentemente subordinado a tais perturbações .

Talvez este seja o ponto central que concilia o pensamento keynesiano com os institucionalistas. Em ambos, a idéia de estabilidade, subordinada aos cânones do equilíbrio de longo prazo, é rejeitada. O ambiente institucional é necessariamente mutável, condicionado cultural e historicamente e sujeito permanentemente a mudanças e rearranjos. A vigência na economia de um processo de mudança e transformação estrutural é estranha ao corpo analítico ortodoxo e fundamental às abordagens keynesianas e institucionalistas, uma vez que se constitui em elemento vital à **dinâmica** do próprio sistema. Tentar compreendê-lo sem estes aspectos é o



mesmo que pressupor um ambiente institucional **estático**, com regras “esvaziadas” de movimento histórico. A afirmativa de que o pensamento de Keynes e dos institucionalistas se opõe a tais fundamentos, não implica afirmar que as referidas concepções sejam similares, mas reconhecer que princípios básicos de crítica à economia capitalista e seu funcionamento são bastante próximos .

As idéias de Minsky reportadas acima se, de um lado, não podem ser caracterizadas como genuinamente institucionalistas, por outro lado, não podem ser vistas como um “corpo estranho” a tais concepções. Há semelhanças entre elas, principalmente no que tange à visão crítica do capitalismo e seu caráter inerentemente instável, determinado pela predominância de um processo de tomada de decisões permeado de incertezas. As idéias originais dos institucionalistas norte-americanos, como Veblen, Commons e Mitchel, contemplam essa mesma perspectiva analítica. Centrando-nos no primeiro dos referidos autores, que reconhecidamente é tido como o precursor do pensamento institucionalista, tem-se que suas idéias se relacionam aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, explicitando um forte vínculo das especificidades históricas com a abordagem evolucionária. Os institucionalistas (*lato senso*) têm em comum a preocupação de identificar *pontos de concordância*, que possam permitir a constituição de uma “teoria institucionalista” propriamente dita.

Tomando como referência três autores institucionalistas contemporâneos, Geoffrey Hodgson, Warren Samuels e William Dugger, que se preocuparam em analisar o corpo teórico da respectiva linha de pensamento a partir de Veblen, buscar-se-á identificar o tratamento teórico conferido à incertezas. O primeiro, vincula o pensamento vebleniano à corrente evolucionária, o segundo aproxima-se bastante de Hodgson, mas não vê incompatibilidade com os teóricos da Nova Economia Institucional (NEI) - como Coase, Williamson e North - e o último é o expoente mais ilustrativo do designado “institucionalismo radical”.

## **2.1. HODGSON E A “CEGUEIRA DO PROCESSO EVOLUCIONÁRIO”**

Para Hodgson (1998b), se abordagens institucionalistas conseguirem avançar na constituição de uma “Teoria Econômica **com** Instituições”, deverão relacionar atividade humana, instituições e natureza evolucionária do processo econômico, que, uma vez associado a outras instituições econômicas específicas, definirão diferentes

tipos de economia. Assim, se existisse uma “teoria geral” institucionalista, sua generalidade estaria em desenvolver análises específicas e variadas de um fenômeno específico .

O velho institucionalismo norte-americano de Veblen, Commons e Mitchel, centrou sua análise na importância das instituições, reivindicando uma genuína economia evolucionária. Entretanto, desenvolveu uma linha analítica mais descritiva, deixando para um segundo plano questões teóricas não-resolvidas, que alguns simpatizantes, como Gunnar Myrdal, qualificaram de “empiricismo ingênuo” . E este é precisamente o ponto que torna os institucionalistas, evolucionários, pois a negação de pensar a economia em torno da noção de equilíbrio (ou ajustamento marginal), reitera a importância da visão de processo de mudança e transformação, ambos inerentes ao pensamento de Veblen . Sua abordagem tem três pontos centrais: a inadequação da teoria neoclássica em tratar inovações, supondo-as “dadas”, e, portanto, desconsiderando as condições de sua implantação; a preocupação, não com o “equilíbrio estável”, mas como se dá a mudança e o conseqüente crescimento; e a ênfase no processo de evolução econômica e transformação tecnológica. Neste sentido, instituição é definida como resultado de uma situação presente, que molda o futuro, através de processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens vêem as coisas, o que altera ou fortalece seus pontos de vista.

A reiterada crítica ao pensamento neoclássico persiste pelo fato de o mesmo ter por pressuposto uma falsa concepção da natureza humana. O indivíduo é equivocadamente visto em termos hedonísticos, sendo um ente socialmente passivo, inerte e imutável (Veblen, 1919, p.73). A hipótese, rejeitada por Veblen, de que os indivíduos são supostamente tidos como dados, estabelece como alternativa sua própria tentativa em construir uma “teoria econômica evolucionária”, onde instintos, hábitos e instituições exerçam na evolução econômica papel análogo aos gens na biologia (Veblen, 1899, *apud* Hodgson, 1993, p.17). Isto significa que linhas de ação habituais definem “pontos de vista”, através dos quais os fatos e eventos são percebidos. Por essa razão, a moderna antropologia e a psicologia vêm sugerindo que as instituições exercem um papel fundamental na definição da estrutura cognitiva para interpretar os dados, hábitos e rotinas na transformação de informações em conhecimento útil. Portanto, o que une evolucionários e velhos institucionalistas é menos a ênfase nas instituições como “unidade de análise” (como o faz a NEI) e mais

seu “corpo de conhecimento”, definido a partir de fundamentos e concepções teóricas similares, centradas, fundamentalmente, em uma visão de funcionamento da economia como *processo* sob uma *dinâmica evolucionária*.

Este processo de seleção ou coerção institucional implica que as instituições mudem, o que, mesmo sob a forma de mudanças graduais, pressiona o sistema por meio de explosões, conflitos e crises, levando a mudanças de atitudes e ações. Em qualquer sistema social há uma permanente tensão entre ruptura e regularidade, exigindo constante reavaliação de comportamentos rotinizados e decisões voláteis de outros agentes. Esta idéia de evolução em Veblen está intimamente associada ao “processo de causação circular”, podendo o referido autor ter sido o precursor dos estudos realizados por Gunnar Myrdal, Nicholas Kaldor e K. William Kapp. A amplitude e complexidade das idéias de Veblen o credenciam a estar incluído entre os grandes nomes do pensamento econômico, como Marx, Marshall, Keynes e Schumpeter. Para os objetivos deste artigo, a noção de “cegueira do processo evolucionário” talvez seja a que mais corresponda aos princípios de incerteza de Keynes.

## **2.2. DUGGER E A HISTÓRIA COMO *BLIND DRIFT***

A enorme corrente que sucedeu Veblen, Commons e Mitchell assumiu diferentes matizes conceituais e metodológicas, nem sempre compatíveis, que foram agrupados de diversas maneiras. Samuels (1995) aglutinou-os nos seguintes grupos: a velha tradição institucionalista norte-americana, os ‘novos’ institucionalistas neoclássicos, os jovens institucionalistas norte-americanos, e os institucionalistas europeus (evolucionários, regulacionistas e a tradição austríaca). William Dugger vê a NEI como um corpo estranho à referida linha de pensamento. Para ele, há grande conciliabilidade entre Veblen e Marx e quase absoluta incomunicabilidade com os neoclássicos. Samuels julga que a tradição institucionalista não só é totalmente compatível, como também se confunde tanto com a tradição marxista, quanto com o neoclassicismo. Dugger designa o institucionalismo de Veblen e Commons de “institucionalismo radical” e Samuels de “antigo institucionalismo norte-americano”.

Para William Dugger (1988) os principais pontos da abordagem de Veblen são: visão da economia como um processo, e não como busca do “equilíbrio”; existência de uma certa “irracionalidade socializada” que, freqüentemente, subjuga

uma virtual “solidariedade das classes exploradas”; poder e *status* combinam com mito e autoridade para sustentar a tirania; igualdade como essencial a uma vida digna; valor e ideologia são importantes e dão sustentação à “democracia participativa”; e preferência à transformação radical em relação ao ajustamento incremental.

Em Dugger, a origem do termo “institucionalista” – quer histórica, metodológica e conceitual, como também política – é resgatada a partir do sentido a ele atribuído na contribuição de Veblen. Ao assim proceder, observa-se enorme proximidade teórica e conceitual com o marxismo e profunda divergência em relação ao chamado “novo institucionalismo”. A proximidade à Marx e a conseqüente crítica ao *status quo* é a razão principal que leva o *mainstream* a ignorar a contribuição dos institucionalistas radicais. Veblen, assim como Marx, acreditava que a mudança fundamental no capitalismo era condição necessária para trazer igualdade entre os homens, e esta igualdade somente ocorreria em um sistema baseado no controle comunitário da economia, tendo como referência a produção comum, ao invés de estar fundada no lucro privado. Esta mudança, entretanto, não seria possível no curto prazo, tornando Veblen - ao contrário de Marx, que julgava possível uma “transformação histórica” pela “revolução social” - um autor profundamente pessimista. Para ele, a história “evolui” enquanto um processo “absurdista”, com uma trajetória “cega”, inexistindo qualquer movimento dialético, que leve a rupturas pré-estabelecidas (ou redentoras), muito menos a qualquer processo determinístico de “progresso”.

Este fato, entretanto, não impede que a tradição institucionalista seguidora de Veblen - comumente também designada de “velho” institucionalismo (Hodgson, 1993) -, reitere que as diferenças entre Veblen e Marx sobre a natureza do processo histórico (se absurdista ou dialético), não implicam em incompatibilidade entre as duas escolas. A conciliabilidade entre ambas é possível, na medida em que estabelecem críticas comuns e semelhantes à ortodoxia tanto clássica, quanto neoclássica, não havendo qualquer desavença filosófica ou empírica básica com o marxismo, embora rejeite a noção de dialética, como método para se interpretar a história, e repudie a teoria marxista do valor.

Observe-se que o termo *blind drift* corresponde à expressão “evolucionária” de “cegueira de processo evolutivo natural” (Hodgson, 1993). Em realidade, a “cegueira” é fruto ou parte de um processo de permanente mudança e adaptação,

realizada em meio à incerteza. A idéia de **processo** explicita uma compreensão do desenvolvimento da atividade econômica como algo não-dirigido ou convergente à qualquer situação pré-estabelecida ou ideal de equilíbrio. Os institucionalistas opõem a noção de processo à de equilíbrio, querendo com isso delimitar campos teóricos diferenciados. Em Veblen, a noção de processo está sempre associada à de causação circular, formando ambos o sustentáculo do funcionamento da atividade econômica. Tais características permitem a inclusão de pensadores como Marx, Keynes e Schumpeter como próximos a Veblen, neste particular.

Institucionalistas contemporâneos, como Samuels e Dugger, afirmam que está em formação um *paradigma institucionalista* centrado na referida noção de processo, por alguns também designado *paradigma processual*. Portanto, para Veblen (1919, p.416), o processo de mudança cumulativa na estrutura social se realiza por meio de uma “seqüência cumulativa” de causação, mas de forma não-teleológica, não implicando necessariamente progresso. A preocupação explícita de Veblen era com uma “teoria do absurdo”, capaz inclusive de dar sustentação à formação de instituições que atrapalhassem o “avanço” do processo em alguns ou vários segmentos (*imbecile institutions*), podendo significar “processo de mudança para pior”. Gunnar Myrdal reformulou este argumento sob a forma de “teoria da causação cumulativa”, onde determinado processo termina por agravar a situação dos debilitados, como no caso do “círculo vicioso da pobreza”.

Os institucionalistas radicais, ao raciocinar dentro do “paradigma processual”, rejeitam a definição de economia como ciência preocupada com a maneira pela qual os seres humanos utilizam recursos escassos para satisfazer suas necessidades ilimitadas. Ao invés disso, definem economia como “ciência do abastecimento social”, onde as necessidades e os recursos humanos são produto de *processos sociais*, que são historicamente determinados e qualitativamente dependentes do progresso tecnológico. Rejeitam definir economia pela ótica da *escassez e desejos ilimitados*, porque ambos são resultantes de circunstâncias sociais que as produzem *historicamente*, não se tratando, portanto, de fenômenos “dados” – e independente das condições sociais, históricas e culturais –, como o faz a tradição ortodoxa.

O conceito de *absurdity*, central para a análise de Veblen, traz as seguintes implicações sobre sua visão histórica: ela é opaca, absurda, porque não apresenta qualquer tendência benevolente em sua trajetória futura; logo, o curso da ação

humana mais parece um vôo cego (*blind drift*) do que um projeto a ser perseguido. Portanto, como a história não tem qualquer significado, os homens podem ou não fazer sua própria história, mas normalmente não conseguem fazê-la. Assim, por não possuir qualquer projeto, desígnio ou destino - quer de natureza divina, quer dialética - fora de uma sequência “opaca” de causa e efeito, o “absurdo”, a ela inerente, permite a existência de *imbecile institutions*.

Os institucionalistas radicais defendem mudanças radicais – que se opõem irreconciliavelmente à análise neoclássica do equilíbrio –, pois, ao verem a economia como um “processo contínuo”, reiteram a necessidade da análise econômica vincular-se a um programa econômico. Ou seja, há uma unidade ação/teorização, que envolve a reestruturação do capitalismo, e não a benevolência com o mecanismo automático de mercado. Daí a necessidade de um plano econômico para substituí-lo. Como o mercado não serve para atender o bem-estar da população, é necessário que os homens *planejem* uma ação para tanto. A rejeição do automatismo de mercado e do equilíbrio implica mais que um ajustamento (incremental) institucional, mas sua própria substituição (radical). Daí a constatação de que igualdade e democracia passam por um plano e não por pequenos ajustamentos nas instituições.

### **2.3. SAMUELS E A INEXISTÊNCIA DE EQUILÍBRIO ÓTIMO**

Warren Samuels vê a “economia institucional” como uma alternativa não-marxista ao neoclassicismo dominante no *mainstream*, caracterizado por uma variedade de abordagens, que podem ser aglutinadas segundo alguns pontos de confluência. A proposição de um “paradigma institucionalista” visa identificar os elementos e crenças comuns, que operam em níveis teóricos e práticos semelhantes, sem, entretanto, deixar de distinguir as várias aplicações específicas. O primeiro ponto desta abordagem é o do papel do mercado como mecanismo guia da economia, ou, mais amplamente, a concepção da economia enquanto organizada e orientada pelo mercado. Questiona-se se é verdade que a escassez de recursos é alocada entre usos alternativos pelo mercado. Para os institucionalistas, a real determinação de qualquer alocação em qualquer sociedade é dada pela estrutura organizacional da sociedade: em resumo, pelas suas instituições; o mercado apenas dá cumprimento às instituições predominantes (Samuels, 1995, p.571).

Outra preocupação dos institucionalistas é com a organização e controle da

economia, enquanto sistema mais abrangente e complexo do que o mercado. Isto implica reconhecer a importância da: (i) distribuição de poder na sociedade; (ii) forma de operação dos mercados (enquanto complexos institucionais em interação uns com os outros); (iii) formação de conhecimento (ou do que leva ao conhecimento em um mundo de radical indeterminação sobre o futuro); e (iv) determinação da alocação de recursos (nível de renda agregada, distribuição de renda, organização e controle), onde também a cultura geral seja uma variável tanto dependente, como independente (Samuels, 1995, p.571).

Um terceiro aspecto é que há nos institucionalistas várias críticas ao neoclássicismo, embora Samuels (1995) julgue que exista uma certa complementariedade entre ambas as escolas, com notáveis contribuições dos últimos quanto ao funcionamento do mercado. Para os institucionalistas, a principal falha do pensamento neoclássico está no “individualismo metodológico”, que consiste em tratar indivíduos como independentes, auto-subsistentes, com suas preferências dadas, enquanto que, em realidade, os indivíduos são cultural e mutuamente interdependentes, o que implica analisar o mercado do ponto de vista do “coletivismo metodológico”. A oposição ao “individualismo metodológico” se dá porque o mesmo se assenta em pressupostos que falseiam a complexa, dinâmica e interativa realidade econômica, que pouco tem a ver com a racionalidade otimizadora de equilíbrio. Ao criticar a natureza estática dos problemas e modelos neoclássicos, reafirmam a importância em se resgatar a natureza **dinâmica** e **evolucionária** da economia. Como há no pensamento neoclássico uma tendência em minimizar qualquer possibilidade de mudança nas instituições, ele se opõe aos institucionalistas, que não aceitam a “panglossiana conclusão” do “qualquer que seja, é ótimo”, pois para os últimos a estrutura de poder afeta a formação e *performance* dos mercados e a ação governamental.

A partir destas considerações Samuels propõe o “paradigma institucionalista”, como centrado em três dimensões: (i) crítica à organização e *performance* das economias puras de mercado, por considerá-las mera abstração; (ii) geração de um substancial “corpo de conhecimento” em uma variedade de tópicos; e (iii) desenvolvimento de um *approach* multidisciplinar para resolver problemas.

Estas considerações precisam, com relativa amplitude, o campo de pesquisa institucionalista. Todas as abordagens, apesar de diferentes nuances, revelam um

ponto em comum: a negação do funcionamento da economia como algo estático e regulado pelo mercado na busca de um equilíbrio ótimo. A réplica do *mainstream* à contundente crítica dos institucionalistas fundamenta-se em que, se a mesma não existisse, o respectivo campo analítico estaria completamente vazio, por não possuir qualquer conteúdo teórico consistente. Julga-se, ao contrário, que se está avançando rumo à constituição de uma alternativa teórica ao *mainstream*, com avanços na teorização da economia enquanto processo dinâmico, interativo, sem ênfase na noção de equilíbrio, onde as decisões econômicas – quer na esfera da firma ou no meio ambiente institucional - são tomadas sob incerteza. A corrente evolucionária é um exemplo destes avanços.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se procurou demonstrar neste artigo é que, mesmo tratando de referências conceituais distintas, tanto os (pós)keynesianos, quanto os institucionalistas, estabelecem um marco de referência à compreensão da dinâmica capitalista impossível de ser concebido sem o conceito de incerteza. Como se viu, o respectivo conceito, mesmo não sendo claramente explicitado, como o faz a tradição (pós)keynesiana, aparece implícito nos institucionalistas, através das noções de “cegueira” do processo evolucionário, da concepção do processo histórico como *blind drift*, e da rejeição a qualquer perspectiva convergente ao equilíbrio ótimo. Em todos os casos, à despeito da existência de (saudáveis) divergências teóricas e analíticas, há uma firme oposição à compreensão da atividade econômica como algo passível de “estabilidade” ou convergência a qualquer posição de equilíbrio de longo prazo, o que somente seria possível sem a presença de **instituições** e de **incerteza**. Tal possibilidade, de tão remota, somente teria sentido lógico e teórico, em um mundo esvaziado de qualquer conteúdo histórico .

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDIM DE CARVALHO, F. (1992). **Mr.Keynes and the Post Keynesians: principles of macroeconomics for a monetary production economy**. Aldershot, Edward Elgar.
- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. (2000). **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Tese de Doutorado em Economia. Porto Alegre,



- PPGE/UFRGS, (mimeo).
- DAVIDSON, P. (1994). **Post Keynesian Macroeconomic Theory**. Aldershot, Edward Elgar.
- DEQUECH, D. (1998). **Rationality and Institutions under Uncertainty**. Ph.D. Thesis. Cambridge, University of Cambridge, pp.200.
- DUGGER, William (1988). Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20.
- DUGGER, William (1990). The New Institutionalism: New But Not Institutional. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 2, p. 423-431, June.
- DUGGER, William M. (1995). Veblenian Institutionalism: The Changing Concepts of Inquiry. **Journal of Economic Issues**, v. 24, n. 4, p. 1013-1027, December.
- HODGSON, Geoffrey M. (1993). Institutional Economics: Surveying the 'old' and the 'new'. **Metroeconomica**, v. 44, n.1, p. 1-28.
- HODGSON, Geoffrey M. (1996). Varieties of capitalism and varieties of economic theory. **Review of international Political Economy**, v. 3, n. 3, p. 380-433, Autumn.
- HODGSON, Geoffrey M. (1998a). The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, v. 36, p. 166-192, March.
- HODGSON, Geoffrey M. (1998b). On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**, v. 22, p. 415-431.
- KEYNES, J.M. (1964). **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York, Harcourt Brace.
- \_\_\_\_\_. (1973a). **A Treatise on Probability**. London, Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.VIII).
- \_\_\_\_\_. (1973b). **The General Theory and After: preparation**. London, Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.XIII).
- \_\_\_\_\_. (1973c). **The General Theory and After: defence and development**. London, Macmillan (The Collected Writings of John Maynard Keynes, vol.XIV).
- KNIGHT, F.H. (1921). **Risk, Uncertainty and Profit**. Boston, Houghton-Mifflin.
- MINSKY, H. (1975). **John Maynard Keynes**. New York, Columbia University Press.
- MINSKY, H. (1996). Uncertainty and the Institutional Structure of Capitalist Economics. **Journal of Economics Issues**, v. XXX, n. 2, p. 357-368, June.
- NELSON, Richard & WINTER, Sidney G. (1982). **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- SAMUELS, Warren J. (1995). The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics** 19, p. 569-590.
- SIMON, H. (1983). **Reason in Human Affairs**. Stanford, Stanford University Press.
- VEBLEN, Thorstein (1998). Why is economics not an evolutionary science? **Cambridge Journal of Economics**, v. 22: pp. 403-414. Originalmente publicado em 1898.

Tendo presente que o conceito de incerteza é central à caracterização da dinâmica das economias capitalistas, que, por sua vez, exige um ambiente institucional compatível para seu desenvolvimento, julga-se que as abordagens (pós) keynesiana e institucionalista têm pontos de confluência nesta linha de argumentação. Ambas têm presente que são as incertezas que levam não somente a entender as instabilidades das economias contemporâneas, mas, principalmente, compreender a relevância do papel das instituições no processo de coordenação das mesmas.